



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**

**SUPRAM LESTE MINEIRO - Diretoria Regional de Regularização Ambiental**

**Parecer nº 60/SEMAD/SUPRAM LESTE-DRRA/2023**

**PROCESSO Nº 1370.01.0022664/2023-18**

**Nº DOCUMENTO DO PARECER ÚNICO VINCULADO AO SEI: 70899014**

**PA COPAM SLA Nº: 4227/2022**

**S I T U A Ç Ã O :** Sugestão pelo deferimento

**EMPREENDEDOR:** M & N AREIA LTDA. **CNPJ:** 01.413.289/0001-33

**EMPREENDIMENTO:** M & N AREIA LTDA. **CNPJ:** 01.413.289/0001-33

**MUNICÍPIO(S):** IPANEMA **ZONA:** RURAL

**COORDENADAS GEOGRÁFICAS:** Latitude 19° 40' 35.58"S Longitude 41° 49' 54.12"O

**AMN/DNPM:** 831.237/2016

**Substância Mineral:** Areia

**RECURSO HÍDRICO:** Portaria de Outorga n.º 1504269/2019 e Certidão de Registro de Uso Insignificante n.º 400455/2023

**CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE:** Localização em Reserva da Biosfera da Mata Atlântica – Zona de Transição (Peso 1)

| <b>CÓDIGO</b> | <b>ATIVIDADE<br/>LICENCIAMENTO</b>  | <b>OBJETO<br/>DO</b> | <b>CLASSE</b> | <b>PARÂMETRO</b>              |
|---------------|---|----------------------|---------------|-------------------------------|
| A-03-01-8     | Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil | 2                    |               | Produção bruta = 9.900 m³/ano |

**CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO**

**REGISTRO**

Bernardino Neves Júnior (RAS e projetos/programas complementares e estudo de critério locacional)

324.064/D (CREA/MG)

**AUTORIA DO PARECER**

**MATRÍCULA**

Carlos Augusto Fiorio Zanon  
Gestor Ambiental

1.368.449-3

De acordo:

Lirriet de Freitas Libório Oliveira – Diretora Regional de Regularização Ambiental

1.523.165-7



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Augusto Fiorio Zanon, Servidor(a) Público(a)**, em 03/08/2023, às 15:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lirriet de Freitas Libório Oliveira, Diretor (a)**, em 03/08/2023, às 16:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?)

[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](#), informando o código verificador **70891648** e o código CRC **9B4EA889**.



### PARECER Nº 60/SEMAD/SUPRAM LESTE - DRRA/2023

O empreendimento M & N AREIA LTDA. atuará no ramo de extração de areia e cascalho para utilização na construção civil, exercendo suas atividades no município de Ipanema, conforme Figura 01. Em 30/11/2022 foi formalizado, na Supram Leste Mineiro, via SLA, o processo administrativo de licenciamento ambiental simplificado de n.º 4227/2022, sendo solicitadas informações complementares em 20/03/2023, com atendimento integral e tempestivo em 17/07/2023 (prazo prorrogado a pedido do empreendedor).

Fora informado nos autos que a empresa M & N AREIA LTDA., CNPJ 01.413.289/0001-33, é a titular/requerente do direito minerário na ADA informada, cujo processo na ANM/DNPM é 831.237/2016. Em consulta realizada ao sítio eletrônico da ANM nas datas de 20/03/2023 e 03/08/2023 verificou-se o vínculo declarado pelo responsável pelo empreendimento com o respectivo processo, atendendo a determinação da Instrução de Serviço SISEMA n.º 01/2018, sendo que a área de extração bem como o pátio de areia informados encontram-se integralmente dentro da poligonal do referido processo.

**Figura 01.** Localização do empreendimento M & N AREIA LTDA.



**Fonte:** IDE/SISEMA, 2023. Acesso em 03/08/2023. Elaborado pela SUPRAM/LM com base no arquivo disponível no SLA.

A atividade do empreendimento objeto deste licenciamento é a extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil com produção bruta de 9.900 m<sup>3</sup>/ano (Classe 2). O empreendimento já exerceu tal atividade anteriormente, possuindo a AAF n.º 02405/2018 válida até 31/07/2022 (PA n.º 10565/2009/001/2018), produção bruta de 29.900 m<sup>3</sup>/ano. Registra-se que tal autorização encontra-se sob titularidade de Padaria Ferreira Ltda., com o mesmo CNPJ do atual empreendedor.

Tendo em vista a formalização do presente processo após o vencimento da citada AAF, requer o empreendedor a obtenção de nova licença ambiental, com incidência de critério locacional de peso 1 (Localização em Zona de Transição da RB da Mata Atlântica), sendo apresentado o respectivo estudo.

Relatou-se nos autos que, para retomada da operação do empreendimento, não haverá necessidade de realização de novas intervenções ambientais passíveis de autorização pela legislação ambiental vigente. No entanto, declarou-se que houve intervenção ambiental entre 22/07/2008 e a data de acesso ao SLA e que a mesma está regularizada.



Em relação à prévia regularização da intervenção ambiental citada, nos termos do Parágrafo Único do Artigo 15 da DN COPAM n.º 217/2017, fora apresentado, na formalização do processo de licenciamento, cópia do DAIA n.º 0013583-D (PA SIM n.º 04010000198/10), sendo que fora autorizada intervenção em APP sem supressão de vegetação nativa em área de 0,01 ha. A validade do citado documento é de 4 anos, vinculada à AAF, com vencimento em 28/04/2015. Contudo, nos termos do Artigo 8º do Decreto Estadual n.º 47.749/2019, tem-se que o citado DAIA possui vigência atrelada à licença que autoriza a operação do empreendimento.

Uma vez que o referido DAIA encontra-se em nome da empresa Padaria Ferreira Ltda., ainda que com o mesmo CNPJ da M & N Areia Ltda., recomenda-se ao empreendedor diligência à URFBio Rio Doce para avaliação da necessidade ou não de retificação do documento.

A emissão do DAIA fora condicionada à adoção de medida compensatória. Na análise do PA SLA n.º 4227/2022, comprovou-se, através de relatório fotográfico, que o empreendedor promoveu plantio de espécies nativas e frutíferas na APP do rio Manhuaçu próximo à área de extração.

Em relação ao uso da água, informou-se que, para consumo humano, cada colaborador será o responsável por trazê-la ao local de trabalho. Para aspersão de vias, será utilizada água captada no rio Manhuaçu (0,8 L/s, durante 8:00 horas/dia), devidamente regularizada através da Certidão de Registro de Uso Insignificante n.º 400455/2023 válida até 05/06/2026. Destaca-se, ainda, que o empreendedor possui outorga para fins de extração de areia emitida pelo IGAM (Portaria n.º 1504269/2019 - Processo n.º 11808/2017 – renovação da portaria n.º 660/2013), com vencimento em 15/05/2024.

Uma vez que os referidos atos autorizativos, assim como o DAIA, encontram-se em nome da empresa Padaria Ferreira Ltda., ainda que com o mesmo CNPJ da M & N Areia Ltda., recomenda-se ao empreendedor diligência à URG/LM para avaliação da necessidade ou não de retificação dos documentos.

Quanto à caracterização da atividade de extração de areia, relatou-se que a mesma será feita com auxílio de draga de sucção no leito do rio Manhuaçu, sem geração de rejeito/estéril, se paralisação da produção durante o ano. Não haverá beneficiamento do material dragado dentro da ADA, tampouco armazenamento, sendo que o material dragado será disposto diretamente nos caminhões para transporte. Recomenda-se, no entanto, que a expedição da areia ocorra apenas após o escoamento do excesso de água dos caminhões carregados.

Fora informado que as manutenções de máquinas e equipamentos serão realizadas apenas fora da ADA, não possuindo o empreendimento oficina mecânica. Caso necessário, poderão ser realizados pequenos reparos de emergência na ADA, devendo ser adotadas as devidas medidas de controle. Não haverá ponto de abastecimento, sendo que o combustível será adquirido em postos da região.

Como principais impactos ambientais negativos inerentes à atividade a ser licenciada e devidamente descritos no RAS tem-se a geração de efluentes líquidos sanitários e pluviais/dragagem mineral, resíduos sólidos Classes I e II, mudança do padrão de drenagem pluvial e desencadeamento de processo erosivo, poluição sonora, atmosférica e visual. Como impacto positivo tem-se a geração de emprego, renda e impostos/taxas.

Os efluentes líquidos gerados no empreendimento deverão ser adequadamente tratados, sendo o efluente sanitário destinado a sistema fossa séptica/filtro anaeróbio/sumidouro, com envio do lodo sanitário para empresas devidamente licenciadas. Quanto aos efluentes pluviais e da dragagem mineral, com potencial desencadeamento de processos erosivos, relatou-se que o empreendimento contará com sistema de drenagem pluvial composto por canaletas e caixas de decantação, o qual deverá passar por frequentes manutenções, sendo os sedimentos (areia) comercializados. Não haverá geração de efluente oleoso.

O armazenamento temporário dos resíduos sólidos apresenta-se ajustado às exigências normativas. Quanto à destinação final dos mesmos, fica o empreendedor cientificado que tal destinação deverá ser realizada apenas por empresas devidamente licenciadas.

A mitigação da poluição atmosférica será feita através da manutenção frequente de máquinas e equipamentos, controle de velocidade dos veículos, umectação das vias de acesso e praça de trabalho e uso de EPIs pelos funcionários, além de implantação de cortinamento vegetal no entorno do empreendimento, com introdução de 1.010 mudas de espécie arbustiva. Quanto à geração de ruídos, pontua-se que o empreendedor deverá realizar frequente manutenção do maquinário e equipamentos utilizados.





Tendo em vista o lançamento dos efluentes sanitários em sumidouro, registra-se que foram encaminhadas correspondências eletrônicas pela SUARA/SURAM (SEMAD) determinando a aplicação de nova metodologia para fins de análise de impactos relativos ao tratamento desses efluentes, com lançamento final em sumidouro, sendo importante destacar que o dimensionamento do sistema de tratamento de efluentes sanitários deverá estar em conformidade com as NBRs 7.229 e 13.969 e que o sistema de tratamento deverá atender o esgotamento (efluentes) de natureza sanitária, sem aporte de efluentes industriais.

Ainda, em cumprimento às disposições emanadas pela correspondência eletrônica, recomenda-se ao empreendedor que promova as manutenções/limpezas periódicas, de acordo com manual do fabricante ou orientações do projetista, garantindo a eficiência do referido sistema. Desse modo, não se sugere o automonitoramento dos efluentes líquidos do empreendimento.

Fora apresentado o recibo de inscrição no Cadastro Ambiental Rural (MG-3131208-32CC.C064.1FEE.4FDF.A54A.ED6D.F813.EBD7) do Sítio Silveira - Matrícula n.º 1.871 – sem reserva legal averbada (CRI Comarca de Ipanema), onde se localiza a ADA, com área total descrita do imóvel de 0,8567 ha (0,03 módulos fiscais), APP de 0,53 ha e reserva legal proposta de 0,17 ha.

Através do Módulo "Consulta Pública" do SICAR, em 03/08/2023, verificou-se que a área de RL encontra-se, sobretudo, antropizada, com presença de árvores isoladas, assim como as APPs do imóvel. Nesse sentido, ainda que fora observado o percentual de 20% mínimos a título de RL, considerando que o imóvel possui menos de 4 módulos fiscais e que não possui remanescente de vegetação nativa, poderá haver dispensa de constituição da mesma nos termos do Artigo 40, Lei Estadual n.º 20.922/2013, o que deverá ser avaliado durante a análise do CAR por meio do "Módulo de Análise".

Pontua-se ainda, por oportuno, que o proprietário do imóvel deverá promover a recuperação das APPs e RLs alteradas/degradadas a qualquer momento ou durante o PRA, o que ocorrer primeiro, devendo serem observadas as disposições da Lei Federal n.º 12.651/2012, Lei Estadual n.º 20.922/2013 e Decreto Estadual n.º 48.127/2021.

Quanto ao comprovante de propriedade, posse ou outra situação que legitime o uso do espaço territorial para o desenvolvimento da atividade, consoante se infere da orientação institucional contida na Nota Jurídica ASJUR.SEMAD n.º 226/2022 (Id. 55803565, respectivo ao Processo SEI 1370.01.0048086/2022-96), tem-se que:

Conforme os fundamentos expostos, **entende-se que, no processo de licenciamento ambiental, a dispensa da apresentação de comprovante de propriedade, posse ou outra situação que legitime o uso do espaço territorial para o desenvolvimento da atividade de pesquisa e exploração minerária,** encontra respaldo jurídico, em razão das especificidades dos recursos minerais que, em apreço ao disposto no art. 176 da CR/88, constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento, e pertencem à União.

Tal fato merece ser destacado considerando que a Matrícula n.º 1.871 encontra-se em nome do Sr. Anselmo Campos Rosa (*in memorian*), sendo comprovado, nos autos, que a inventariante constituída (Sra. Denise Tassar Rosa Soares) deu anuência à extração de areia, como proprietária, bem como vendeu o imóvel ao Sr. Éder da Silveira, conforme declarado em resposta à informação complementar – Id 120890, sócio-administrador da empresa M & N AREIA LTDA, o que gerou dúvida sobre a propriedade do terreno.

Portanto, a responsabilidade pelas informações de propriedade/posse e anuência de exploração sobre o imóvel rural onde se pretende exercer a atividade e aquela lançada no Cadastro Ambiental Rural (CAR) é exclusiva do empreendedor/consultor que carreteou os documentos cartorários, particulares e autodeclaratórios aos autos deste Processo Administrativo.

Em conclusão, com fundamento nas informações constantes no Relatório Ambiental Simplificado (RAS), sugere-se a concessão da Licença Ambiental Simplificada ao empreendimento "M & N AREIA LTDA." para a atividade de extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil no município de Ipanema/MG, pelo prazo de 10 anos, vinculada ao cumprimento das condicionantes estabelecidas no anexo deste parecer, bem como da legislação ambiental pertinente.



## ANEXO I

### Condicionantes para Licença Ambiental Simplificada do empreendimento “M & N AREIA LTDA.”

| Item | Descrição da Condicionante   | Prazo*                                     |
|------|--|--|
| 1.   | Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no Anexo II, demonstrando o atendimento aos padrões definidos nas normas vigentes.   | Durante a vigência da licença              |
| 2.   | Realizar manutenção periódica no sistema de drenagem das águas pluviais e da dragagem, bem como promover umectação das vias de acesso/praças de trabalho, sempre que necessário, devendo ser apresentado à SUPRAM/LM, <u>anualmente, todo mês de julho</u> , relatório técnico e fotográfico, com fotos datadas, das ações executadas. | Durante a vigência da licença              |
| 3.   | Comprovar a implantação do cortinamento vegetal proposto nos autos até <u>abril/2024</u> , devendo ser apresentado à SUPRAM/LM, <u>anualmente, todo mês de julho</u> , relatório técnico e fotográfico, com fotos datadas, das ações executadas.   | Durante 5 (cinco) anos a contar do plantio |

\*Os Relatórios de Cumprimento das Condicionantes deverão ser entregues via SEI (Processo nº 1370.01.0022664/2023-18) até implementação desta funcionalidade no SLA, mencionando o número do processo administrativo.

\*\*Conforme Decreto Estadual n.º 47.383/2018: Em razão de fato superveniente, o empreendedor poderá requerer a exclusão, a prorrogação do prazo para o seu cumprimento ou a alteração de conteúdo da condicionante imposta, formalizando requerimento escrito, devidamente instruído com a justificativa e a comprovação da impossibilidade de cumprimento, até o vencimento do prazo estabelecido na respectiva condicionante. A contagem do prazo para cumprimento das condicionantes se iniciará a partir da data de publicação da licença ambiental, salvo especificações em contrário.



## ANEXO II

### Programa de Automonitoramento da Licença Ambiental Simplificada do empreendimento “M & N AREIA LTDA.”

#### 1. Águas Superficiais

| Local de amostragem   | Parâmetro  | Frequência de Análise |
|---|--|-----------------------|
| Rio Manhuaçu – a montante* e a jusante** do empreendimento<br><br>*Coordenadas geográficas<br>19°40'35.33"S/<br>41°49'55.47"O<br><br>**Coordenadas geográficas<br>19°40'35.21"S/<br>41°49'53.56"O | <i>E. coli</i> , óleos e graxas, demanda bioquímica de oxigênio (DBO), oxigênio dissolvido (OD), turbidez, pH, sólidos em suspensão totais, sólidos dissolvidos totais | <u>Semestral</u>      |

<sup>(1)</sup> O plano de amostragem deverá ser feito por meio de coletas de amostras compostas para os parâmetros DBO e DQO pelo período de no mínimo 8 horas, contemplando o horário de pico. Para os demais parâmetros deverá ser realizada amostragem simples.

**Relatórios:** Enviar, anualmente, todo mês de julho, à Supram Leste Mineiro os resultados das análises efetuadas. O relatório deverá especificar o tipo de amostragem e conter a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pela amostragem, além da produção industrial e do número de empregados no período. Deverá ser anexado ao relatório o laudo de análise do laboratório responsável pelas determinações.

Constatada alguma inconformidade, o empreendedor deverá apresentar justificativa, nos termos do §2º do art. 3º da DN COPAM n.º 165/2011, que poderá ser acompanhada de projeto de adequação do sistema de controle em acompanhamento.

*Na ocorrência de qualquer anormalidade nos resultados das análises realizadas durante o ano, o órgão ambiental deverá ser imediatamente informado, inclusive das medidas de mitigação adotadas.*

**Método de análise:** Normas aprovadas pelo INMETRO ou, na ausência delas no *Standard Methods for Examination of Water and Wastewater*, APHA-AWWA, última edição.

#### 2. Resíduos Sólidos e Rejeitos

##### 2.1 Resíduos sólidos e rejeitos abrangidos pelo Sistema MTR-MG

Apresentar, semestralmente, a Declaração de Movimentação de Resíduo – DMR, emitida via Sistema MTR-MG, referente às operações realizadas com resíduos sólidos e rejeitos gerados pelo empreendimento durante aquele semestre, conforme determinações e prazos previstos na Deliberação Normativa Copam n.º 232/2019.

**Prazo:** seguir os prazos dispostos na Deliberação Normativa Copam n.º 232/2019.

##### 2.2 Resíduos sólidos e rejeitos não abrangidos pelo Sistema MTR-MG



Apresentar, semestralmente, relatório de controle e destinação dos resíduos sólidos gerados conforme quadro a seguir ou, alternativamente, a DMR, emitida via Sistema MTR-MG.

**Prazo:** seguir os prazos dispostos na DN Copam n.º 232/2019.

| RESÍDUO  |        |        |                          | TRANSPORTADOR | DESTINAÇÃO FINAL  |                |                                  | QUANTITATIVO TOTAL DO SEMESTRE<br>(tonelada/semestre) |                      |                   | OBS |                       |
|--|--------|--------|--------------------------|---------------|-------------------|----------------|----------------------------------|---|----------------------|-------------------|-----|-----------------------|
| Denominação e código da lista IN IRAMA 13/2012 | Origem | Classe | Taxa de geração (kg/mês) | Razão social  | Endereço completo | Tecnologia (*) | Destinador / Empresa responsável |   | Quantidade Destinada | Quantidade Gerada |     | Quantidade Armazenada |
|  |        |        |                          |               |                   |                | Razão social                     | Endereço completo                                     |                      |                   |     |                       |
|  |        |        |                          |               |                   |                |                                  |   |                      |                   |     |                       |
|  |        |        |                          |               |                   |                |                                  |   |                      |                   |     |                       |

(\*)1- Reutilização; 2 – Reciclagem; 3 - Aterro sanitário; 4 - Aterro industrial; 5 – Incineração; 6 – Co-processamento; 7 - Aplicação no solo; 8 - Armazenamento temporário (informar quantidade armazenada); 9 - Outras (especificar).

#### Observações

- O programa de automonitoramento dos resíduos sólidos e rejeitos não abrangidos pelo Sistema MTR-MG, que são aqueles elencados no art. 2º da DN 232/2019, deverá ser apresentado, semestralmente, em apenas uma das formas supracitadas, a fim de não gerar duplicidade de documentos.
- O relatório de resíduos e rejeitos deverá conter, no mínimo, os dados do quadro supracitado, bem como a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas informações.
- As doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendedor.
- As notas fiscais de vendas e/ou movimentação e os documentos identificando as doações de resíduos deverão ser mantidos disponíveis pelo empreendedor, para fins de fiscalização.